



<https://doi.org/10.47456/simbitica.v12i2.47759>

A construção discursiva da histerização de Rousseff

The discursive construction of Rousseff's hysterization

La construcción discursiva de la histerización de Rousseff

Raabe Bastos

Universidade Federal de Minas Gerais

Gabriela Santos Alves

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo O artigo analisa a exclusão das mulheres do espaço político brasileiro contemporâneo, tomando como caso exemplar a trajetória da ex-presidenta Dilma Rousseff, alvo de um processo de deslegitimação simbólica baseado em sua associação com a histeria, mecanismo historicamente utilizado para controlar e banir o feminino que rompe com padrões normativos de gênero. A pesquisa foca na análise discursiva de matérias jornalísticas que retratam Dilma como desequilibrada e indesejável, culminando em seu banimento do jantar do Grupo Prerrogativas, em 2021. O texto relaciona esses episódios com o conceito de claustro da histeria, mostrando como a misoginia estrutura a exclusão feminina do poder por meio de discursos que unem desumanização, controle social e violência simbólica. A partir do exposto, serão analisadas as matérias “Uma presidente fora de si” (IstoÉ), “Dilma, a vigarista, merecia virar sucessora de Maria I, a Louca” (Veja) e “Dilma virou moribunda como um zumbi e ninguém quer seu retorno ao poder” (Folha de São Paulo), relacionando-as ao não convite ao jantar.

Palavras-chave: Território Político; Mulheres; Claustro da Histeria; Dilma Rousseff.



Abstract This article analyzes the exclusion of women from contemporary Brazilian political space, taking as an exemplary case the trajectory of former president Dilma Rousseff, the target of a process of symbolic delegitimization based on her association with hysteria, a mechanism historically used to control and banish the feminine that breaks with normative gender standards. The research focuses on the discursive analysis of journalistic articles that portray Dilma as unbalanced and undesirable, culminating in her banishment from the Grupo Prerrogativas dinner in 2021. The text relates these episodes to the concept of the cloister of hysteria, showing how misogyny structures the exclusion of women from power through discourses that combine dehumanization, social control, and symbolic violence. Based on the above, the articles “A president out of her mind” (IstoÉ), “Dilma, the swindler, deserved to become the successor of Maria I, the Mad” (Veja) and “Dilma became moribund like a zombie and no one wants her back in power” (Folha de São Paulo) will be analyzed, relating to the non-invitation to the dinner.

Palavras-chave: Political Territory; Women; Cloister of Hysteria; Dilma Rousseff.

Resumen El artículo analiza la exclusión de las mujeres del espacio político brasileño contemporáneo, tomando como caso ejemplar la trayectoria de la expresidenta Dilma Rousseff, blanco de un proceso de deslegitimación simbólica a partir de su asociación con la histeria, mecanismo históricamente utilizado para controlar y desterrar lo femenino que rompe con los estándares normativos de género. La investigación se centra en el análisis discursivo de artículos periodísticos que retratan a Dilma como desequilibrada e indeseable, culminando con su destierro de la cena del Grupo Prerrogativas en 2021. El texto relaciona estos episodios con el concepto de claustro de la histeria, mostrando cómo la misoginia estructura la exclusión de las mujeres del poder a través de discursos que combinan deshumanización, control social y violencia simbólica. Con base en lo anterior, se analizarán los artículos “Una presidenta fuera de sí” (IstoÉ), “Dilma, la estafadora, merecía ser la sucesora de María I, la Loca” (Veja) y “Dilma quedó moribunda como un zombi y nadie la quiere de vuelta en el poder” (Folha de São Paulo), relacionados con la no invitación a la cena.

Palavras-chave: Território Político; Mulher; Claustro de la Histeria; Dilma Rousseff.

Recebido em 25-02-2025

Modificado em 28-04-2025

Aceito para publicação em 25-05-2025

Introdução

Revisitando os anais da história, a trajetória de Dilma Rousseff salta aos olhos. Para além da bravura de sua figura, deparamo-nos com a violência no que se refere à loucura imposta ao corpo das mulheres. Ainda que em 2023 tenha sido posta como presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento (Banco do BRICS), sediado em Xangai, na China, é relevante observar o percurso pelo qual passou, considerando sua categoria enquanto sujeita: a de mulher. Sendo assim, esse trabalho se propõe a revisitar os acontecimentos que a envolveram, advogando pela memória de sua história, que também é coletiva, visto seus marcadores sociais e seu posto como primeira presidenta do Brasil.

A hierarquia que separa seres humanos por gênero organizou-se atrelando público e privado na divisão do trabalho, na qual o homem seria responsável pelo sustento da família e a mulher deveria lhe servir, estando em local onde iria suprir as necessidades domésticas e sexuais masculinas (Federici, 2021). Havendo o estabelecimento de que seria impensável uma dinâmica diferente dessa, sendo tida como natural e socialmente legitimada como imutável. Portanto, mulheres que questionam ou transpassam tal norma são designadas a um espaço de loucura, colocadas no claustro da histeria que tem como uma de suas penalidades o banimento, simbólico ou físico, pretendendo anunciar a sociedade o lícito e o ilícito neste corpo.

Nessa esteira, o claustro da histeria está sempre pronto para envolver mulheres que se estabeleçam para além do que a norma determina (Lagarde, 2016). Esse aprisionamento diz também sobre o chamamento de “louca”, impondo uma estética dotada de conceitos que visam, através da imagem de uma mulher, Dilma Rousseff, lembrar a todas as outras o que há de acontecer ao corpo feminino que não seguir determinados parâmetros. A distorção da imagem da mulher através da produção descritiva de corpos e mentes segundo perspectivas masculinas fabricou noções de verdades absolutas sobre o feminino, engendrando a adoção de modelo social onde a observação patriarcal é predominante, transformando em estranha, alheia e forasteira a representação de mulheres (Ecker, 1986). A estruturação social que visa o aprisionamento feminino na impossibilidade de mobilidade quanto ao público, à intelectualidade e à autonomia cria representações simbólicas da mulher, configurando pensamentos e ações em prol do privilégio masculino, em detrimento do feminino. Trata-se da intencionalidade de formação de mecanismos de controle social, onde a memória se torna poder (Foucault, 2016). Assim, não é possível que exista democracia e/ou igualdade de direitos, pois a hierarquização dos indivíduos se dá pelo gênero, sendo ainda mais violento quando observado que abarca todas as existências de forma binária, demonstrando também a falsa premissa de que todos são livres.

A misoginia incorpora dimensões e dispositivos para abarcar as vidas das mulheres em seus claustros, sendo garantida pelas instituições, em aspectos que afirmam locais, como os de mãe e esposa, caso os citados não sejam cumpridos, engendra dimensões desumanizadoras, como são as violências de gênero físicas e simbólicas e os chamamentos de “louca” ou “puta”. São aparatos que estruturam o funcionamento da hierarquia homem-mulher, estratégias que aprisionam, via discursos, e excluem as que não se fazem mediante o que foi previamente determinado pela norma. Com as renovações do sentido de histeria a cada tempo, sua acepção pejorativa naturalizou noções da mulher sempre emotiva, descontrolada e à margem da loucura, são artifícios que deslegitimam fala e autoridade, criando padrões de quem pode dizer, estabelecendo noção de antagonismo entre irracional e racional, falso e verdadeiro, feminino e masculino (Lagarde, 2016). Alegar insanidade em uma mulher é retirar sua possibilidade de poder, questionando suas atribuições e capacidades de exercê-las.

As violências simbólicas produzidas e reproduzidas pela clausura da histeria tornam alguns sujeitos mais vulneráveis que outros, a mulher que há pouco foi considerada apta para ser sujeito (Perrot, 2005), tem sua vivência inteiramente construída nas marcações de gênero, as quais determinam lugares pautados nas desigualdades. Pertencer à categoria feminina e questionar os parâmetros dessa é constantemente passar por experiências, que visam recordar o ambiente estipulado ao feminino em um sistema normativo.

Tendo em vista o exposto, objetivamos analisar discursivamente as matérias “Uma presidente fora de si” (IstoÉ, abril de 2016), “Dilma, a vigarista, merecia virar sucessora de Maria I, a Louca” (Veja, novembro de 2018) e “Dilma virou moribunda como um zumbi e ninguém quer seu retorno ao poder” (Folha de São Paulo, setembro de 2021) na ótica do estabelecimento do claustro da histeria, vinculando a construção de sua imagem como histérica ao banimento representado pelo jantar ao qual não foi convidada, apresentando as principais conclusões quando esses eventos são relacionados.

A mulher na democracia

A esfera política foi essencialmente construída como um domínio do masculino, estando relacionada à dominação de gênero, estabelecendo limites aos corpos femininos quanto sua ação em tal ambiente. A exclusão de mulheres da política esteve em destaque na agenda feminista do século XX, de forma que era necessário evidenciar que apesar do pequeno aumento das mulheres em cargos políticos, verdadeiras mudanças sociais não estavam acontecendo, onde a representação dos interesses das mulheres era pouca ou nula. Portanto, houve a percepção de que para mudanças nas vivências femininas seria necessário, para além de ocupações em cargos públicos, uma análise dos obstáculos colocados pela norma (Lagarde, 2016). Excluídas do poder público, portanto

incapazes de articulação quanto a ele, as mulheres estão sob leis que vão contra seus direitos e demandas, tal problema na representatividade é resultado de séculos de mecanismos que as excluem e impossibilitam de se mobilizarem quanto a hierarquia de gênero, são anos de educação social que vincula o homem à política e a mulher à casa (Federici, 2021). É a subordinação da construção social da mulher, perpassando como estatutos de como devem agir e como são vistas em sociedade (Bastos & Alves, 2024).

Nesse contexto, Dilma Rousseff sofreu diversos ataques durante o seu segundo mandato, principalmente quando se iniciou o processo golpista de impeachment. Sua presença no espaço público e no maior cargo executivo do país abalou as crenças de uma sociedade quanto aos papéis de gênero, questionando padrões, fazendo com que sua imagem constantemente sofresse violências simbólicas. Protagonizando a política brasileira e o feminismo da época, sua instituição na presidência tornou ainda mais evidente a misoginia do país, com agravante de violência política de gênero, onde as mídias jornalísticas estiveram em consonância. É a indicação de que para cada progresso das mulheres na política, haverá tentativas de retrocessos sociais na forma de conservadorismo patriarcal.

A ocupação de uma mulher no maior cargo político da república fez com que houvesse uma revisão do que é tido como público e privado em suas definições social e politicamente, revelando que tais conceitos não galgavam a paridade de gênero, evidenciando seu caráter histórico em concordância com o patriarcado. Além de questionar, apenas com sua presença, espaços públicos, Dilma enfrentou questões para além da institucionalidade, como perguntas a respeito de sua sexualidade e aparência por não estar segundo o padrão machista a respeito das mulheres. O entrelace entre misoginia, discriminação de gênero e violências simbólicas pelo jornalismo tentou impor que uma mulher não pode governar, não a permitem, escancarando o descompromisso com a paridade de gênero e com a democracia (Bastos & Alves, 2023).

A exclusão de mulheres do espaço público acontece de maneira a vetar seus corpos, inviabilizando-as quanto à saída da vida privada. A histeria como claustro exerce poder nas imagens femininas, de modo a haver a exclusão de suas presenças em espaços antes tidos como democráticos, porém, se corpos são vetados de espaços, se há elementos articulados para não permanecerem em determinadas camadas da sociedade, não há democracia, pois a mesma diz sobre igualdade e paridade, onde cidadãos e cidadãs, teoricamente, possuem a mesma valia e possibilidades iguais de mobilidade quanto ao social. Mulheres em espaços políticos dizem sobre a governança de seus corpos, de maneira que toca amplas questões para além da eleição e permanência de uma mulher em cargo executivo, se trata de dizer sobre as possibilidades de poder em suas próprias vivências. A insistência do estabelecimento de Dilma no campo da loucura se faz por conta dela não ser contida e calada, antes, se estabeleceu com firmeza em sua posição política e pessoal, quebrando estereótipos. As denominações atribuídas a Rousseff enquanto esteve presidente dizem diretamente sobre o veto ao qual ela

rompeu: o da mulher pertencer ao espaço privado. Assim, a nomenclatura que recebeu foi a de “louca”, uma das maneiras pela qual se reproduz uma convenção que tenta impedir a mulher de estar no público, lembrando-a do padrão que ela mesmo elaborou para as vivências femininas.

Correlacionar mulheres ao negativo ou aos tradicionais papéis de gênero é rememorar a representação social do que é tido como um comportamento ideal (Bastos & Alves, 2024). O acionamento de símbolos para que determinada comunicação aconteça perpetua representações de papéis, a prisão simbólica da identidade de todas as mulheres através do discurso faz parte de um “conjunto articulado de características que colocam as mulheres em situações de subordinação, de dependência e de discriminação em suas relações com os homens, com o Estado e com a sociedade” (Lagarde, 2016:17). Bourdieu (2001) esclarece como grupos hegemônicos buscam idealizar a si próprios como uma forma universal, onde o discurso e a linguagem são dois dos principais meios para tal, visto que são amplamente veiculados e possuem voz de autoridade para estabelecer o que é permitido ou não. Nos discursos e nas linguagens, o masculino é usado como neutro, como porta-voz de todos, de forma que a feminização de um significante o torne menos potente, com menor grau de autoridade. O veto ao uso da palavra “presidenta” por Michel Temer, igualmente é um sintoma da recusa ao aceite de uma mulher no poder, o banimento de Rousseff continua, após o golpe, quando sequer pode ser chamada pela palavra que lhe é própria somente por esta estar no feminino, é a demonstração de como o jogo de poder perpassa fortemente a linguagem, possibilitando ou impossibilitando corpos. “Ainda que o vocábulo ‘presidenta’ estivesse desde 1925 nos dicionários da Língua Portuguesa, Michel Temer vetou a palavra nas comunicações da EBC, era uma tentativa de desvalidar a eleição de Dilma Rousseff, uma mulher” (Bastos & Alves, 2023:108).

O estabelecimento da mulher como coadjuvante em qualquer âmbito, estando ela sempre à margem, demonstra estruturas sociais que interditam seus corpos, sendo regular no campo político a exclusão delas. São organizações culturais e históricas que reforçam a assimetria de gênero, estabelecendo o homem cisgênero sobre os demais.

Dilma e o claustro da histeria na imprensa

Em abril de 2016, foi veiculada a matéria “Uma presidente fora de si”, da IstoÉ, edição nº2417, dizendo que o Planalto passava por dias de desordem, onde Rousseff estava dominada por sucessivas explosões nervosas, estando totalmente desconectada da realidade: “Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo (...) Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca”. As palavras utilizadas revelam o claustro da histeria no qual a ex-presidenta foi envolta, a dúvida quanto a sua capacidade mental estava sempre em evidência. Em dado trecho, são citados psicanalistas e teorias como uma espécie de

comprovação da situação. Ao longo do texto, há a destituição do poderio de Dilma enquanto presidenta, para além do questionamento a respeito de sua sanidade mental, dizem que “um governante, ou mesmo um líder, é colocado à prova exatamente nas crises. E, hoje, ela não é nem uma coisa nem outra. A autoridade se esvai quando seu exercício exige exacerbar no tom, com gritos, berros e ofensas” (IstoÉ, 2016). A capa da revista que carregou tal título (Imagem 1), igualmente, de maneira misógina, a representa como instável, porém, a imagem utilizada se trata de uma foto em que a então presidenta comemorou um gol da Copa do Mundo, em 2014, a revista a manipulou para que se encaixasse no enredo que desejam colocar na então presidenta.

Imagem 1. Capa da revista IstoÉ, Edição nº2417. 06/04/2016



Fonte: Arquivos IstoÉ, 2025.

A elaboração da imagem de Rousseff enquanto louca evoca a performatização das palavras, com efeito a longo prazo, constituindo a noção de que mulheres não podem e não conseguem exercer poder, de maneira que a rainha Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana de Bragança, conhecida como “Maria I, a Louca” é citada na matéria: “O psiquiatra observou que os sintomas de sandice e de negação da realidade manifestados por Maria I se agravaram na medida em que ela era colocada

sob forte pressão” (IstoÉ, 2016). O discurso empregado aprisiona a mulher, colocando em ação a dominação, tornando-se o veículo pelo qual essa estrutura social, baseada na hegemonia masculina, permanece.

Enunciados, quando proferidos pelos que estão em posição de poder, como os meios de comunicação, produzem o efeito de subordinar aqueles a quem tais discursos são dirigidos (Butler, 2021), fazendo com que o dizer alienante quanto à posição da mulher em sociedade, além de toda a carga histórica e cultural dos ideais femininos, seja engendrado por voz de autoridade que o jornalismo exerce socialmente, de maneira a causar vulnerabilidades aos corpos femininos. O claustro da histeria é colocado em Rousseff para alertar as demais vivências de que não é ideal que o poder esteja com uma mulher, é efetivo na constituição dos sujeitos quanto a noção de Outro.

Em novembro de 2018, a revista *Veja* publicou em seu site um texto intitulado “Dilma, a Vigarista, merecia virar sucessora de Maria I, a Louca” (Imagem 2). Com o discurso de que Rousseff somente dizia frases desconexas e irrelevantes, o autor a chamou de “uma filhote de Lula” e de “o poste fabricado por Lula”, nos dois casos, a posicionando como objeto, onde um homem é responsável por ela, a colocando em seu lugar próprio pela categoria a qual pertence: mulher. Ao longo dos escritos, as ofensas e dúvidas quanto à sanidade de Dilma, permanecem: “A maluquice começa a fazer sentido. A primeira a reinar nestes trêfegos trópicos foi Dona Maria, a Louca. Ninguém deveria surpreender-se caso Dona Dilma, a Vigarista, aparecesse com uma coroa na cabeça desprovida de neurônios”. A hostilidade com que Rousseff é tratada relata o desejo normativo de sempre retornar o corpo da mulher ao local a que ele designou: imanência e submissão no espaço doméstico. Caso contrário, é louca.

Imagem 2. Matéria da revista *Veja*

Política

Dilma, a Vigarista, merecia virar sucessora de Maria I, a Louca

A devassa do Quadrilhão do PT transformou em ré a presidente que restaurou a escravidão com o parto do Mais Médicos

Por Augusto Nunes

Atualizado em 26 nov 2018, 14h24 - Publicado em 26 nov 2018, 08h02

Fonte: *Veja*, 2025.

Em setembro de 2021, circulou, pelo site da Folha de São Paulo, o texto intitulado “Dilma virou moribunda como um zumbi e ninguém quer seu retorno ao poder” (Imagem 3). O chamamento da ex-presidenta de “zumbi” remete, novamente, ao ambiente de incapacidade em que ela é posta, indicando que não se trata de um ser humano, mas sim de uma criatura aproximada da animalidade e da objetificação, em

ambos os casos, sem autonomia. Com a utilização de vocábulos desprezíveis e agressivos, o autor diz que “Dilma tem dois corpos, um mitológico e bastante vivo, embora impalpável, que serve para legitimar a narrativa do golpe; e outro semimorto, que ninguém quer enterrar” segue dizendo que “Ninguém quer abraçá-la de verdade, honrando sua trajetória”. É notável o ódio direcionado à imagem Dilma, bem como o uso de artifícios para que ela permaneça no local ideal da mulher, sendo constantemente citada de maneira objetificada.

Imagem 3. Matéria da Folha de São Paulo.

Dilma virou moribunda como um zumbi e ninguém quer seu retorno ao poder

[VER COMENTÁRIOS EM GUSTAVO ALONSO](#)

Fonte: Folha de São Paulo, 2025.

Outro fator a ser observado é que durante todas as matérias citadas as fontes nunca são verdadeiramente esclarecidas, sempre se tratando de citações genéricas como “assessores”, “auxiliares”, “os mais próximos da presidente”, “um de seus assessores”, “outro interlocutor”, “um importante assessor”, ou mesmo seguidos apenas da frase “segundo relatos” e “Dilma teria, segundo testemunho de um integrante”, dando a entender que se trata de uma tentativa de legitimar uma ideologia misógina, ainda que completamente sem fundamento, se tratando da dispersão da confiabilidade do que é relatado, antes, colocando em foco que a presidenta é incapaz de estar em seu cargo por sua imprevisibilidade mental.

Os enunciados produziram e produzem efeitos sociais, os chamamentos têm poder de constituição identitária do sujeito (Foucault, 2016), de modo que os reconhecimentos de territórios alcançáveis ou não por mulheres foram e são perpassados por todas as noções presentes na comunicação de massa, como o jornalismo. Constituinte de toda uma lógica enclausurante que despende as experiências pessoais e políticas de Rousseff em prol da histerização de comportamentos normalizados em corpos lidos como humanos, sendo estes apenas homens (Butler, 2021), o jornalismo estabelece, através da difusão do discurso normativo, violências simbólicas cotidianas que privam a mulher do público, mantendo-a no privado. Retomando o que muito já foi elaborado por Perrot (2005:21): “de modo geral, quando as mulheres aparecem no espaço público, os observadores ficam desconcertados”.

Dilma foi envolta por palavras que a todo momento a estabeleceram como louca e incapaz por conta de uma suposta insanidade. Tais desdobramentos se deram justamente por seu descumprimento do que deveria exercer enquanto dotada de um corpo tido como feminino e lido como inferior, sendo impossibilitado de estar no ambiente público. A tentativa de estabelecer Dilma no imaginário e na memória popular, como louca se fez em prol da permanência do homem como centro do espaço público político, onde ele, independentemente das ações, jamais seria taxado com tais chamamentos, visto que estes são produzidos propriamente para a categoria feminina. Os modos de construção de sujeitos advêm de objetivações, via discursos, que atravessam indivíduos, atribuindo identidades que lhes pareçam próprias, mas, antes, amparam o sistema mesmo que os oprime (Foucault, 2016). Portanto, as relações de poder já estão estipuladas em tais elaborações.

A criação de significados que, posteriormente, são legitimados socialmente expõe a ligação entre os meios de comunicação e a cultura, englobando formações de subjetividades e relações de poder, nessas últimas, a mídia se integra como uma das instâncias de poder, visto que, a partir da veiculação de noções e conceitos, estabelece produções de realidades (Bastos & Alves, 2024). Estando a mídia em posição de “fazer saber” (Alsina, 2009:48), é interventora social, estabelecendo saberes que circulam no cotidiano, sendo criadora de poderes simbólicos mediante representações, ocupando um lugar de formação (Fischer, 2002:153). Beauvoir (2016:204) explicita que “a língua corrente está cheia de armadilhas. Pretende ser universal, mas leva, de fato, as marcas dos machos que a elaboraram. Reflete seus valores, suas pretensões, seus preconceitos”.

Na contemporaneidade, o que não está na mídia é encarado como estranho, entendido como difícil de sentir ou compreender (Fischer, 1997:62). Assim, o discurso é delineador do espaço do que será incorporado em sociedade, localizando experiências segundo a veiculação de discursos (Bourdieu, 2001). Tal observação diz sobre como são expostos ideais, da mesma maneira, como são recebidos pelo público, sendo elucidados consoante a voz e amplitude dados a eles nos meios de comunicação. Assim, a legitimação de saberes é possível por meio de uma formação de conhecimentos que, juntos, são amplamente difundidos (Fischer, 1997:65).

O enquadramento de mulheres em noções de que são mais suscetíveis ao descontrole emocional é o estabelecimento do destino dado a elas, colocá-las no que parece à beira de um colapso mental insinua os espaços que devem ou não ocupar, levando ao entendimento de que se em algum momento parecem infringir seus papéis, são loucas. Culturalmente, se uma mulher exhibe um comportamento mais inflamado, é descontrolada, mas se o homem o faz, é tido como viril, lido como um líder. Os códigos de sentido socialmente estabelecidos nas matérias analisadas referenciam o que há muito é configurado como próprio da mulher, abrangendo estereótipos que reforçam opressões de gênero com raízes históricas e culturalmente construídas, marcando

limitadamente todos os corpos femininos, questionando capacidades e designando ambientes.

A desqualificação de Dilma permite a continuação da manipulação de corpos em suas separações de gêneros (Bastos & Alves, 2023). A histerização de corpos de mulheres é um dos aparatos da misoginia, diz sobre controle de comportamentos e espaços, onde a suposta sanidade só é encontrada no âmbito doméstico, no marido e nos filhos (Lagarde, 2016). A produção e reprodução de assimetrias entre mulheres e homens constrói uma identidade que atravessa todas as mulheres, pautada na imagem de incompetência das mulheres quanto ao público.

O claustro da histeria e o banimento simbolizado pelo jantar

O claustro da histeria constitui toda uma estruturação social que explicita a violência exercida cotidianamente, ela é desempenhada com o intuito de colocar na loucura feminina todo “o caos, o transtorno da ordem cósmica, social e cultural” (Lagarde, 2016:72). É uma forma de assujeitamento dos corpos, acontecendo o “esgotamento da via feminina de viver a vida” (Lagarde, 2016:73). Tal enredamento anula as mulheres, internalizando normas em toda a sociedade de maneira que haja contenção de vivências, o arranjo que coloca a mulher na categoria da loucura é o fato propriamente de pertencer a tal gênero (Huberman, 2015). A criação de ambiente favorável à desqualificação da mulher acontece através da repetição, fazendo com que o cultural passe a ser absoluto como natural, portanto, há uma distorção da imagem do feminino (Lagarde, 2016), como o exposto com as matérias. As operações para efetuar alegorias, onde a mulher é suporte para divulgação de ideologias, fabricam uma posição de representação do feminino, fazendo com que haja um espetáculo nos corpos em seus vetos de desejos, dores e deslocamentos.

É a histeria como claustro que tenta a imposição de uma estética e a faz com propósito de controle em todas as camadas da vida social, limitando não apenas as mulheres, mas todos os indivíduos, pois produz o veto ao pensamento, reflexão e elaboração quanto a papéis sociais pré-estabelecidos em suas clausuras e violências (Huberman, 2015). A estrutura social que governa pensamentos e comportamentos reproduz domínios de aprisionamento, gerando invalidação pessoal e distorcendo percepções quanto ao social, são impedimentos e ausências que processam o enclausuramento feminino (Lagarde, 2016).

Ao dispor de estudos de comunicação (Hall, 2007), percebemos articulações sofisticadas na feitura de padrões e sentidos sociais capazes de conectar individualidades a supostas universalidades, trata-se da realização e internalização de conceitos (Bourdieu, 2001). Essas dimensões compõem uma superestrutura que cristaliza noções fabricadas com a intenção de mantimento de ideologias que visam o

controle do corpo das mulheres. Perceber essa força pedagógica é entender que são transmissoras que carregam noções sobre raça, gênero, sexualidade, classe, entre outras tantas (Fischer, 1996). A inclinação dada pelos canais de comunicação responde pela geração de subjetividades marcadas por relações de poder que advém de maneiras de dispor vínculos econômicos, sociais e culturais. Compreender o jornalismo como reprodutor e propositor de poderes culturais e simbólicos é descortinar os desempenhos na seletividade quanto ao conhecimento social, estando esse último baseado no que é veiculado, lhe sendo permitido a construção fundamentada em uma seleção anteriormente realizada (Hall, 2007). Tais papéis na produção de opinião pública, na criação, classificação e representação configuram ambientes que podem construir e destruir, estabelecendo-se como um dos meios de maior influência socialmente (Fischer, 1997).

A retirada de voz da mulher enquanto categoria implica na sua classificação como incapaz, subjugando-a ao completo silêncio. Não tendo uma vida separada das noções primeiras que cercam seu gênero, como submissão e obediência, recebe toda classe de ideais, mitos e julgamentos que perpassam a medicina, como a loucura, e a religião, como pecadora. Ser mulher é uma condição vinculada ao sistema normativo (Butler, 2021). O modelo de convívio social que subordina mulheres as coloca em invisibilidade, de maneira a inviabilizar a elaboração das vivências, logrando a prisão de ideais por pertencerem à categoria feminina. A construção da mulher como sujeito é recente (Perrot, 2005), de modo que a noção antes imposta era a da submissão e impotência, onde deveria permanecer no espaço doméstico. Portanto, a constituição e inserção de corpos para além das normas carregam marcas simbólicas e materiais nas experiências femininas. Perrot, 2005, ao escrever sobre as teorias e estereótipos absolutos no século XIX, evidencia como eram os moldes sociais, de maneira a separar o mundo em dois: homens dotados de racionalidade, sabedoria e poder; e mulheres com o dever de estar no campo privado, cabendo-lhes os sentimentos e nenhuma racionalidade. Assim, foi edificado o ideal de esposa, mãe e dona de casa, fazendo com que a saída de tais normas fosse colocada no campo da “loucura genérica de todas as mulheres, cujo paradigma é a racionalidade masculina” (Lagarde, 2016:40).

Alvo de matérias e capas misóginas, a ex-presidenta teve sua trajetória conduzida a clausura da histeria, onde houve a imposição de ideais normativos, engendrando constituições identitárias nas vivências brasileiras. A hegemonia masculina declara os corpos que devem ser lembrados ou esquecidos, é o poderio que se perpetua pelo discurso (Butler, 2021), portanto, houve o banimento da ex-presidenta quando fora colocada no claustro da histeria. A exclusão de Rousseff efetua violência simbólica, pois o claustro da histeria é didático, mostra, através de uma mulher, o que é permitido ou não a todas as outras.

O jantar do Grupo Prerrogativas, coletivo que integra políticos, intelectuais e artistas, simbolizou o banimento que recai sobre mulheres tidas como loucas, exercendo poderio inclusive de espaços representados como democráticos. Ocorrido no dia 19 de dezembro de 2021, em homenagem ao ex-presidente Lula, contando com a presença de diversos políticos, incluindo, na época ainda especulação, seu vice-presidente, Geraldo Alckmin. Porém, a ex-presidenta Dilma Rousseff não esteve, de acordo com ela, não foi convidada para o jantar, de forma que houve suposições sobre Dilma ter se tornado um problema político para Lula em seus acordos, visto que grande parte dos políticos ainda em exercício apoiaram o golpe em Rousseff.

Quando questionados sobre a organização do jantar, alegaram que Dilma havia sido convidada por meio de uma ligação a comparecer no encontro; em uma das versões, o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo afirmou ter conversado com Rousseff “muito superficialmente” a respeito do evento. Já o anfitrião do jantar, o advogado Marco Aurélio de Carvalho, afirma que o convite foi entregue à ex-presidenta, mas ela permaneceu dizendo que não foi convidada, gerando desconfortos que provocaram diversas especulações sobre o acontecido.

Políticos que estiveram a favor do impeachment de Dilma Rousseff compareceram ao jantar que homenageou Lula, causando inquietações por parte do eleitorado do PT no que se refere à ausência de Dilma e a presença dos já citados. Questionamentos quanto ao comportamento dos organizadores ser atravessado pela misoginia, anteriormente já encontrada em todo o processo que culminou na retirada de Rousseff do poder, estiveram entre as atenções quando houve a percepção da falta da ex-presidenta. Indagações a respeito de que se as reações seriam as mesmas se tratasse de um homem, ainda que opositor, povoaram as discussões.

A análise à qual nos encaminhamos trata do banimento que mulheres colocadas na clausura da histeria sofrem. Trata de uma das elaboradas punições articuladas pela norma, excluindo a mulher dos espaços sociais para servir de alerta as demais que cogitaram fazer de si algo fora do padrão misógino. É de extremo simbolismo que a pessoa que tenha passado por tal situação do convite tenha sido a única mulher que ocupou a presidência, não é coincidência, é o funcionamento social androcêntrico. De igual maneira, Dilma também foi quem constantemente ouviu sobre dúvidas no que se refere a sua consistência mental. O claustro da histeria gera banimento (Lagarde, 2016), aqui, foi continuado pelo jantar, iniciado com o processo golpista de impeachment, permanecendo no simbolismo do evento.

É necessário observar outros padrões que também se repetem a respeito da dinâmica hierárquica homem-mulher: Dilma afirmou não haver recebido o convite, enquanto os organizadores do jantar, todos homens, disseram em entrevistas que ela foi convidada, colocando tanto a imagem de Rousseff em dúvida, quanto, novamente, a confiabilidade de seu discurso e de sua mente, visto que as afirmações dos dois lados se anulam, colocando algum deles como irreal. Outro padrão encontrado é o de submeter

a mulher à tutela masculina, não bastou a ex-presidenta dizer que não foi convidada, outros dois homens foram chamados a falar a respeito, narrando suas versões sobre o acontecido. A noção de que a mulher está sempre necessitando da ajuda ou autorização de algum homem é uma das principais formas de silenciamento a respeito de si e das experiências vividas.

Butler (2021) elabora a respeito de corpos que são enlutáveis ou não, estando a mulher fora do privilégio de luto, em situação que a coloca em âmbito de não poder mobilizar-se quanto a sua vida e o seu entorno, se trata do veto completo de suas atitudes, pois se seu corpo não merece ser reconhecido como perda, igualmente não está nos parâmetros para ser ouvida. É uma das camadas de prisão simbólica que agem sobre as vidas femininas em seus desejos e demandas. O discurso e a linguagem veiculados a respeito de Rousseff se faz como uma das mais violentas relações simbólicas, deixando evidente as articulações para a discriminação, que gera exclusão de gênero, no campo político. A obstrução do feminino através da assimilação como natural de certas palavras e narrativas determina crenças, princípios e supostas moralidades, moldando as percepções quanto ao entorno (Butler, 2021), de forma que as constituições históricas e culturais da mulher em suas possibilidades e impossibilidades se deve a criação e veiculação de fundamentos, centrados no protagonismo masculino, da histeria em todas suas reverberações sociais.

Mulheres são educadas para a quietude, a contenção, são orientadas a não terem reações, posições expressamente contrárias ao que é exigido de quem ocupa cargos políticos, sendo então uma grande contradição, pela ótica normativa, uma mulher como presidenta da república. As punições reservadas às mulheres são a exclusão, a reprovação e a veiculação de imagens depreciativas sobre elas, de maneira a resguardar o poderio da norma. Assim, a desclassificação da racionalidade feminina é concebida por meio de estabelecer no território da emoção e da fraqueza, dando a entender que todas são impulsivas e, por isso, descredibilizadas. A histerização de Rousseff advém de narrativas históricas, como a “natural” loucura feminina, que coloca as mulheres como opostas à capacidade de fazer política, conseqüentemente, banidas.

Considerações finais

Dilma Rousseff, a primeira e única mulher a assumir o maior cargo executivo do país, encerrando um período de mais de 100 anos de República em que tal gênero nunca havia ocupado a presidência, foi vetada de ser chamada pelo termo certo, presidenta, somente por estar no feminino, teve sua trajetória encaminhada ao campo da loucura, foi impedida de continuar seu mandato e, por fim, completamente banida.

Aqui, a histeria se faz como claustro porque, como demonstrado, envolve as vivências de mulheres na totalidade, onde toda uma trajetória pode ser transportada ao campo da loucura, servindo como vitrine às demais mulheres, bane não apenas a mulher em destaque, como Rousseff, mas faz um percurso que abarca o imaginário social, pautando todas as mulheres, produzindo poderes e deslocamentos simbólicos em suas vidas de onde podem estar e permanecer. Seja louca, santa, puta, decorativa ou procriadora, a mulher tem estado à margem de si e do mundo, e no que toca os âmbitos dessas experiências, há conversão de simbolismo em variados campos. Assim, o pluralismo na representação do feminino culmina sempre num lugar-comum: servir, de uma maneira ou outra, ao patriarcado (Beauvoir, 2019).

As determinações sociais que estabelecem quem e o que é permitido ou não emprega “uma hierarquia que se transforma em realidade social” (Butler, 2021:64). As mulheres são vetadas dos espaços políticos porque são ameaças a eles, estando construídos em lógica da hegemonia masculina, lhe cabe a utilização da misoginia para que as relações de poder se perpetuem (Butler, 2021). Dilma Rousseff rompeu diversos padrões, ainda que com um sistema completamente normativo, feito deles para eles, recebeu milhões de votos e ocupou, por 6 anos, a presidência. Sua retirada, seu banimento, foi arquitetado pelos agentes da misoginia, a permanências da ex-presidenta em seu cargo representava um novo estabelecimento do permitido e do vetado, colocava a frente corpos para fora da noção do homem branco, cisgênero e hétero.

É improvável que um homem que há pouco houvesse ocupado a presidência haveria de ser esquecido-banido de um jantar que representou o estabelecimento da corrida presidencial de seu próprio partido. Por isso, esse acontecimento, ainda que pouco divulgado, não deve ser omitido, ele sintetiza o que há muito vem sendo colocado pela teoria e crítica feminista a respeito de corpos dissidentes: são vetados.

O discurso do claustro da histeria que gerou o banimento demonstrou como as mulheres são afetadas quando se elaboram fora das normas. Variadas marcas da hierarquia de gênero e da misoginia foram simbolizadas com o não convite de Rousseff para o jantar, é simbólico o tratamento destinado à única mulher que ocupou o cargo da presidência.

Finalizamos esse artigo com a imagem de Dilma Rousseff tomando posse como presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento (Banco do BRICS), em 13 de abril de 2023 (Imagem 4), sete anos e sete dias depois da publicação da matéria “Uma presidente fora de si”, da IstoÉ. A luta continua.

Imagem 4. Dilma Rousseff tomando posse como presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento





Fonte: TV Brasil, 2025.

Referências

- ALONSO, Gustavo. (2021). "Dilma virou moribunda como um zumbi e ninguém quer seu retorno ao poder. *Folha de São Paulo*, 13 set. 2021. [Consult. 25-05-2025]. Disponível em folha.uol.com.br/colunas/gustavo-alonso/2021/09/dilma-irou-moribundacomo-zumbi-e-ninguem-quer-seu-retorno-ao-poder.shtml
- ALSINA, Miguel R. (2009). *A construção da notícia*. Petrópolis, Vozes.
- BERGAMBO, Mônica. (2021). "Ausência de Dilma em jantar de Lula e Alckmin gera polêmica". *Folha de S.Paulo*, 27 dez. 2021. Disponível em [Consult. 25-05-2025]. Disponível em folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/12/ausencia-de-dilma-em-jantar-de-lula-e-alckmin-vira-polemica.shtml
- BASTOS, Raabe C. M.; ALVES, Gabriela S. (2023). "Na 'Torre das Donzelas': Dilma Rousseff e representações do Claustro da Histeria". *Iniciacom*, v. 12, n. 1, pp. 103-117. [Consult. 25-05-2025]. Disponível em revistas.intercom.org.br/index.php/iniciacom/article/view/4345
- BASTOS, Raabe C. M.; ALVES, Gabriela S. (2024). "Por uma estética da histeria feminina: mulheres e silêncios no audiovisual e na literatura", in L. C. Alvarado (ed.). *Hablando (de) las mujeres Comunicación, representaciones de género y activismos feministas*. San José, CICOM, pp. 81-110.
- BEAUVOIR, Simone. (2019). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- BOURDIEU, Pierre. (2001). *A produção de crença*. Porto Alegre, Zouk.
- BOURDIEU, Pierre. (2002). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BUTLER, Judith. (2021). *A força da não violência*. São Paulo, Boitempo.
- BUTLER, Judith. (2021). *Discurso de ódio: Uma política do performativo*. São Paulo, Editora Unesp.

- ECKER, Gisela. (1986). *Estética feminista*. Barcelona, Icaria.
- FEDERICI, Sílvia. (2021). *O patriarcado do salário*. Boitempo, São Paulo.
- FISCHER, Rosa Maria B. (1996). *Adolescência em discurso: mídia e produção da subjetividade*. Porto Alegre, PPGEDU/UFRGS.
- FOUCAULT, Michel. (2016) *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo, Martins Fontes.
- HALL, Stuart. (2007). “Encoding and decoding in the television discourse”, in A. Gray, J. Campbell, M. Erickson, S. Hanson e H. Wood. (orgs.) *CCCS selected working papers*, vol. 2. Londres/Nova Yorke, Routledge, pp. 387-398.
- HUBERMAN, Georges. (2015). *Invenção da histeria*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- NUNES, Augusto. (2018). Dilma, a Vigarista, merecia virar sucessora de Maria I, a Louca. *Veja*. [Consult. 25-05-2025]. Disponível em veja.abril.com.br/dilma-a-vigaristamerecia- virar-sucessora-de-maria-i-a-louca/
- LAGARDE, Marcela. (2016). *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. Cidade do México, Siglo XXI Editores México.
- PARDELLAS, Sérgio; BERGAMASCO, Débora. (2016). “Uma presidente fora de si”. *IstoÉ*. [Consult. 25-05-2025]. Disponível em istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/
- PERROT, Michelle. (2005). *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, EDUSC.

Raabe Bastos

 <https://orcid.org/0009-0003-1911-0699>
 <https://lattes.cnpq.br/3108051556789934>

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG). Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: raabebastos19@gmail.com

Gabriela Santos Alves

 <https://orcid.org/0000-0001-5243-7499>
 <http://lattes.cnpq.br/5801228543473679>

Professora Associada do Departamento de Comunicação Social e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisadora da Fapes/ES, Edital Mulheres na Ciência. E-mail: gabriela.alves@ufes.br